

Data e Local: 11 de outubro de 2019 às 09h30min, na Sala de Reuniões do CAP - Porto de Imbituba.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: O Conselheiro José Roberto Martins justificou sua falta.

Convidados: **Bruno E. Neves Januzzi**, Especialista em Regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); **Abel Sérgio Passagnolo**, Gerente de Transporte da Ferrovia Tereza Cristina (FTC); **Maurício Brasiliense**, Coordenador de operações da Santos Brasil; **Gustavo Andres Gorioitía Vega**, Supervisor na CRB/Votorantim; **Jackson Castro**, Coordenador Logístico; **Ricardo José Arenhart**, Suboficial da Marinha do Brasil; **Alexandre Pinter**, Diretor Administrativo, Comercial e Financeiro; **Elivelton Doré**, Agente Portuário – Contabilidade; **Géssica da Silva**, Agente Portuário Comunicação; **Rui Roberti**, Administrativo Portuário; **Mariana de Souza e Lara Aparecida da Silva**, estagiárias da SCPar Porto de Imbituba.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, a Presidente do CAP, Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck, cumprimentou os Conselheiros e convidados presentes e iniciou a reunião.

2. APROVAÇÃO DA ATA RO 03/2019 :

Após dar boas vindas aos presentes, a **Sra. Rita** justificou que a ata da última reunião demorou um pouco para ser finalizada devido a participação da secretaria Marlei, juntamente com os senhores Rui Roberti e Kleber Brant, no "*Workshop – Aperfeiçoamento da Gestão das Autoridades Portuárias*" realizado em Brasília entre os dias 30 de setembro e 3 de outubro de 2019, a **Presidente do CAP** decorreu sobre tal, informando que o mesmo foi promovido pela Secretaria Nacional dos Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e tratou sobre diversos temas relevantes ao desenvolvimento do setor portuário nacional. Também mencionou a programação do *Workshop* relatando que no primeiro dia do evento três temas foram tratados, a **Sra. Fernanda Rumblesperger**, Diretora do Departamento de Gestão e Modernização Portuária (DGMP/SNPTA), falou sobre "*Gestão e Modernização das Companhias Docas*", o **Sr. Alessandro Prado**, Chefe de Divisão, DGMP/SNPTA/MINFRA, discorreu sobre Instrumentos de Planejamento Portuário (PDZ) e o **Sr. Alessandro Marques** tratou sobre Delegações de Competências. O segundo dia do evento foi dedicado ao tema "Gestão Contratual" e as discussões foram conduzidas pela **Sra. Flávia Takafashi**, Diretora do Departamento de Gestão de Contratos SNPTA/MINFRA. Durante o terceiro dia do Workshop, o **Sr. Disney Barroca**, Coordenador Geral de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias, abordou o tema "*Delegação de competências às Autoridades Portuárias tendo como fundamento a Portaria GM/MTPA nº 574, de 2018*". Na manhã do último dia do evento dois assuntos foram abordados, inicialmente a **Sra. Gabriela Coelho**, Superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais/ANTAQ, falou sobre "*Fiscalização dos Contratos de Arrendamentos e das operações portuárias*", em seguida o **Sr. Luciano Bissi**, Coordenador-Geral/DGMP/SNPTA/MINFRA, falou sobre a "*Relação dos Portos Públicos com áreas da União*". O encerramento do evento contou com a participação do Secretário da SNPTA, **Sr. Diogo Piloni**, que tratou sobre "*Modelos de desestatizações*".

Tomando a palavra, o **Diretor Presidente, Sr. Jamazi**, relatou que alguns colaboradores acompanharam o evento por meio da transmissão no YouTube, adiante informou que a equipe que participou do evento, nos próximos dias, irá organizar uma apresentação aos demais colegas e se necessário poderá replicá-las aos conselheiros do CAP.

Os conselheiros gostaram da idéia e sugeriram que seja organizada uma apresentação mais sucinta e direcionada, tratando dos temas que têm maior relevância ao público que frequenta as reuniões do CAP. Seguindo a orientação dos presentes a **Sra. Marlei** se comprometeu em pensar uma maneira de trabalhar, tanto com os conselheiros do CAP quanto ao público interno da SCPar Porto de Imbituba, as informações já sintetizadas pelo Colaborador Rui.

Retomando o assunto da pauta, a **Presidente** propôs a aprovação da ata RO 03/2019. Dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeções e assinada por todos os Conselheiros presentes.

3. **POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS:**

Continuando a reunião, a **Sra. Rita** informou que sete nomeações foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) por meio de cinco portarias (n.º 3.775, n.º 3.779, n.º 3.892, n.º 3.891 e n.º 3.936), datadas do dia 20 de setembro de 2019.

O Sr. **Roberto Teller** (CPF n.º 076.821.048-80) e a **Sra. Capitã de Corveta Carla Luzia de Oliveira Silvino** (CPF n.º 076.236.647-86), designados pelas portarias n.º 3.779 e n.º 3.892, respectivamente, sendo o primeiro, membro Titular indicado pela Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegado (ABTRA), representante da Classe Empresarial e a segunda, membro Suplente indicada pela Marinha do Brasil, representante do Poder Público. O Sr. Roberto foi representado pelo Sr. Maurício Brasiliense, da coordenação de operações da Santos Brasil e o Sr. Ricardo José Arenhart participou como ouvinte representando a Sra. **Carla**. Cabe registrar que, neste caso, ficam postergadas para uma próxima oportunidade as posses dos dois novos conselheiros.

Neste sentido, na presente reunião tomaram posse cinco conselheiros presentes, dois representantes dos trabalhadores portuários: o Sr. **Rogberto de Farias Pires** (CPF n.º 578.638.739-91), como Titular, e Sr. **Jeverson Lopes** (CPF n.º 507.308.279-91), como Suplente, indicados pela Federação Nacional dos Estivadores (FNE) designados pela portaria n.º 3.775.

Também foram empossados três representantes do Poder Público, sendo eles: o Sr. **Jamazi Alfredo Ziegler** (CPF n.º 691.613.309-06), designado pela Portaria n.º 3.891 como Titular indicado pela Administração do Porto de Imbituba – SCPar e os senhores **Joel Alves** (CPF n.º 645.835.209-30) e **Ademar Dutra** (CPF n.º 538.286.589-20), Titular e Suplente, respectivamente, designados pela Portaria n.º 3.936 indicados pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Passando para o próximo item da pauta, para tratar sobre os contratos vigentes, a **Sra. Rita** passou a palavra ao Diretor Presidente da SCPar Porto de Imbituba.

4. **APRESENTAÇÃO DOS CONTRATOS VIGENTES**

O Sr. **Jamazi** iniciou sua fala destacando que existem aproximadamente 70 contratos vigentes. Adiante ele apresenta de maneira breve a relação dos serviços contratados e seus respectivos custos, destacando que montantes variam de R\$3.993,00 (três mil novecentos e noventa e três reais), no caso uma “Dispensa de Licitação n.º 049/2016 para Contratação de empresa para instalação de alarme eletrônico” até R\$4.498.000,00 (quatro milhões quatrocentos e noventa e oito mil), o qual faz referência a “Pregão Presencial n.º 002/2017 para a contratação do serviço de Dragagem de manutenção que deu origem ao Contrato n.º 012/2018”.

Finalizando sua apresentação, o **Diretor Presidente** mencionou que a orientação do Governo do Estado é que todos os contratos sejam revistos. Neste sentido, destacou a redução dos custos relacionados à contratação do serviço de vigilância que foi possível devido à realização de uma nova licitação.

Na sequência, após a presidente do CAP questionar sobre como se dará a retirada da Draga Sergipe do mar, o Sr. **Rui** relatou que ela será içada em pequenas partes recortadas, assim que toda sua estrutura estiver em terra, será leiloadada como sucata. O **Diretor Presidente** lembrou

que tal contrato conta com um cronograma em andamento e orientou que sua equipe compartilhe o documento com os conselheiros.

Na sequência, após o Prefeito agradecer as informações prestadas, a **Sra. Rita** destacou que esta proposta de transparência que vem sendo adotada pela Autoridade Portuária e que é muito importante para fomentar a participação da comunidade portuária como fiscalizadores dos serviços prestados.

Por fim, após esclarecer algumas dúvidas dos presentes, o **Diretor Presidente** se dispôs em compartilhar com os conselheiros a planilha apresentada nesta reunião.

Em seguida, o convidado **Bruno** orientou que, nos casos de lançamento de licitação de serviço ou obra cuja empresa contratada demande espaço físico dentro da área portuária para realizar suas atividades, a Diretoria Executiva apresente no próprio Edital o espaço delimitado para esta finalidade.

Adiante, a **Sra. Rita** lembrou que o terceiro e do quarto item da pauta fazem referência aos temas abordados no último encontro. Em seguida a **Presidente do Conselho** solicitou que a Autoridade Portuária apresentasse os andamentos das tratativas relacionadas à Pera Ferroviária e ao PDZ do Porto de Imbituba.

5. STATUS DAS TRATATIVAS RELACIONADAS À PERA FERROVIÁRIA

Inicialmente o **Sr. Rui** informou que, ao longo do último mês, foi formalizado o convite ao Presidente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), para que ele venha visitar a SCPAr Porto de Imbituba e conheça *in loco* a área prevista para a construção da pera ferroviária. Quanto aos demais encaminhamentos, o **Sr. Rui** relatou que no dia 10 de outubro de 2019 a Autoridade Portuária recebeu da Ferrovia Tereza Cristina (FTC) duas minutas, uma diz respeito ao protocolo de intenções direcionado ao DNIT e outra trata do termo de cessão de uso não oneroso a ser encaminhado à SNPTA. O próximo passo dos trabalhos será conduzido pelo Setor Jurídico da SCPAr Porto de Imbituba, que analisará as minutas recebidas e dará os devidos encaminhamentos.

Após questionar sobre o prazo para a finalização dos trabalhos, a **Presidente do CAP** orientou que a Autoridade Portuária estabeleça um procedimento para acompanhar os desdobramentos burocráticos desta demanda.

Quanto aos prazos, o **Sr. Rui** informou que o tempo de análise é proporcional à complexidade dos documentos e pode ser estimado junto ao setor responsável. Em seguida, mencionou que a minuta da sessão de uso não onerosa não é novidade, pois já tem outras aplicações (Trilha do Farol, Bombeiros, etc.), neste caso em específico, a FTC entraria como interveniente, sendo o termo em si, celebrado com o DNIT. No que diz respeito protocolo das intenções, seu conteúdo é novidade, sendo assim, possivelmente demandará uma análise mais profunda.

Em relação ao prazo para a execução das obras, o **Sr. Abel** relatou que o tempo estimado é de 45 dias a partir da data da autorização.

Por fim, a **Sra. Rita** questionou se a construção da Pera irá ensejar reequilíbrio por parte da FTC. O **Sr. Abel** informou que não, pois no momento tal trecho não está contido na delegação da FTC. Por fim, encerrando este assunto, o **Diretor Presidente** solicitou que o Grupo de Trabalho da Pera Ferroviária elabore um cronograma dos trabalhos e compartilhe com os conselheiros.

6. STATUS DAS TRATATIVAS RELACIONADAS AO PDZ

Inicialmente, a **Sra. Marlei** lembrou que, na última reunião, havia informado que as equipes (da SCPAr Porto de Imbituba e da Faepesul) estavam trabalhando para adequar o documento descritivo e a base georreferenciada de acordo com as orientações recebidas da SNPTA no dia 10 de setembro referente à versão do PDZ encaminhada à SNPTA no dia 21 de agosto de 2019. Adiante, a analista de gestão informou que durante o período em que esteve em Brasília

participando do "Workshop – Aperfeiçoamento da Gestão das Autoridades Portuárias" reuniu-se com a equipe da SNPTA para esclarecer algumas dúvidas, naquela oportunidade, além de esclarecer os questionamentos, considerando que recentemente a nova Poligonal havia sido publicada, os técnicos sugeriram que esta informação também fosse atualizada no PDZ.

A **Sra. Marlei** também mencionou que, conforme prazo apresentado na última reunião do CAP, a intenção da Autoridade Portuária era finalizar a revisão e encaminhar uma nova versão do PDZ à SNPTA até a presente data, no entanto, além da publicação da nova poligonal outro fator que postergou a conclusão dos trabalhos foi o afastamento médico do Sr. Daniel Pletz. Sendo assim, por enquanto, as equipes têm dado continuidade à revisão do documento descritivo, tão logo o colaborador da autoridade portuária retome suas atividades, os trabalhos de atualização dos dados georreferenciados serão finalizados. As informações dos dois documentos serão compatibilizadas e a nova versão será encaminhada à SNPTA.

Finalizados os itens da pauta, a presidente do CAP passou a palavra aos presentes para tratar de assuntos gerais.

7. ASSUNTOS GERAIS:

7.1. POLIGONAL

Inicialmente, a **Sra. Rita** informou que no dia 02 de outubro foi publicado no DOU a Portaria n.º 557, de 27 de setembro de 2019, que define a área do Porto Organizado de Imbituba no Estado de Santa Catarina.

Em seguida, após o **Sr. Rui** apresentar o desenho da nova Poligonal, o grupo discutiu sobre os possíveis impactos das alterações. O **Sr. Gilberto** demonstrou preocupação com a possibilidade de construção de um novo berço pela IEP, o que poderá interferir nas manobras dos navios atracados no Berço 3.

Na sequência, o **Prefeito** falou que no ano de 2018 a área ocupada pelos pescadores foi decretada como de Interesse Social e que, recentemente, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) havia autorizado a instalação de energia elétrica em um barracão coletivo, mas a IEP embargou tal ação alegando que é proprietária daquele local.

Por fim, considerando o novo layout da Poligonal, o **Sr. Bruno** orientou que a Prefeitura dê continuidade às tratativas referentes ao Termo de Cessão de Uso não oneroso da Trilha do Farol junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

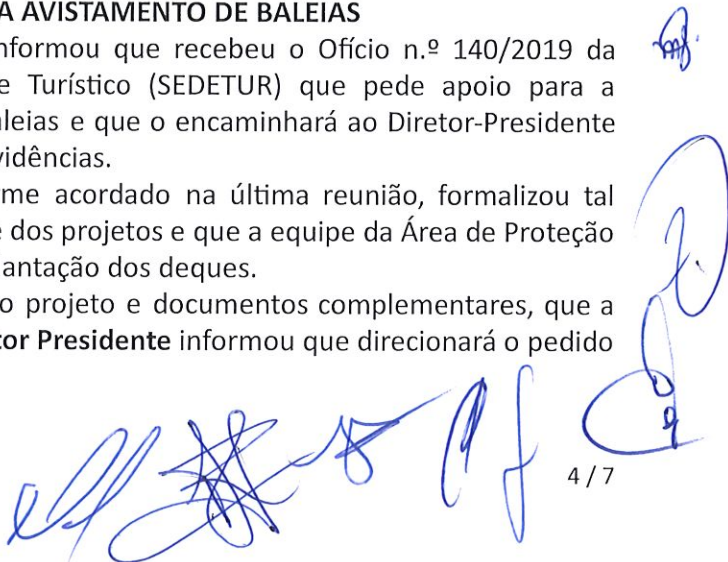
Finalizando este item, o **Sr. Joel** sugeriu que o CAP e a Autoridade Portuária se manifestem na SNPTA para buscar incorporar a área aquática que deixou de integrar a Poligonal do Porto na atual portaria. O **Sr. Rui** relatou que tal pleito já havia sido apresentado no momento da consulta pública. Por fim, o **Sr. Gilberto** lembrou que, na época em que o CAP era deliberativo, frequentemente o layout da Poligonal do Porto era revisto.

7.2. OFÍCIO SOBRE INSTALAÇÃO DE DEQUES PARA AVISTAMENTO DE BALEIAS

Dando continuidade à reunião, a **Sra. Rita** informou que recebeu o Ofício n.º 140/2019 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turístico (SEDETUR) que pede apoio para a instalação de deques para avistamento de baleias e que o encaminhará ao Diretor-Presidente da SCPAr Porto de Imbituba para análise e providências.

O **Prefeito Rosivaldo** explicou que, conforme acordado na última reunião, formalizou tal pleito à SEDETUR e que essa secretaria dispõe dos projetos e que a equipe da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca já autorizou a implantação dos deques.

Após solicitar todas as informações, tais como projeto e documentos complementares, que a Prefeitura dispõe sobre esta demanda, o **Diretor Presidente** informou que direcionará o pedido para que a *Holding* o analise.



7.3. DESENVOLVIMENTO DE RETROÁREAS

Os conselheiros discutiram sobre as possibilidades futuras de desenvolvimento das retroáreas. O **Sr. Joel** falou dos trabalhos que têm sido conduzidos em relação à possível destinação de duas áreas próximas da BR 101, da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e da Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC).

Após ser questionado pela Sra. Rita sobre quais iniciativas foram implementadas para fomentar o desenvolvimento da ZPE, o **Conselheiro Joel** elencou algumas das dificuldades enfrentadas no Brasil para a implantação desses locais, citando que apenas na área de Suape foi de fato implementada uma ZPE. Por fim, afirmou que vem estudando as diversas possibilidades de concretizar a ZPE de Imbituba.

O grupo também discutiu sobre a área da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). O **Diretor Presidente** se comprometeu em realizar agendas com a empresa Petrobras Logística de Gás S.A. (LOGIGÁS) para tratar do tema expansão do Porto de Imbituba e desenvolvimento das retroáreas.

De modo geral, o conselho concluiu que todas as discussões convergem na necessidade de planejar o crescimento do Porto juntamente com o desenvolvimento da cidade, sendo assim, para que as retroáreas sejam desenvolvidas deve ser realizado um trabalho conjunto envolvendo a Comunidade Portuária e a Prefeitura, principalmente no que diz respeito às áreas externas ao Porto Organizado.

Em seguida, o **Sr. Rosenvaldo** falou que a relação porto-cidade intensificou-se nos últimos anos graças a atuação conjunta de diversas entidades, sendo a obra do Acesso Norte uma das principais conquistas desse trabalho colaborativo. Por fim, sugeriu que se comece a pensar na duplicação desse mesmo acesso.

Finalizando este item da pauta, a **Sra. Rita** sugeriu que a autoridade portuária conduza estes processos. O **Diretor Presidente** solicitou que a Secretária Marlei compile todas as demandas apresentadas nesta reunião e se comprometeu em intermediar os diálogos relacionados aos pleitos aqui relatados.

7.4. ANTAQ

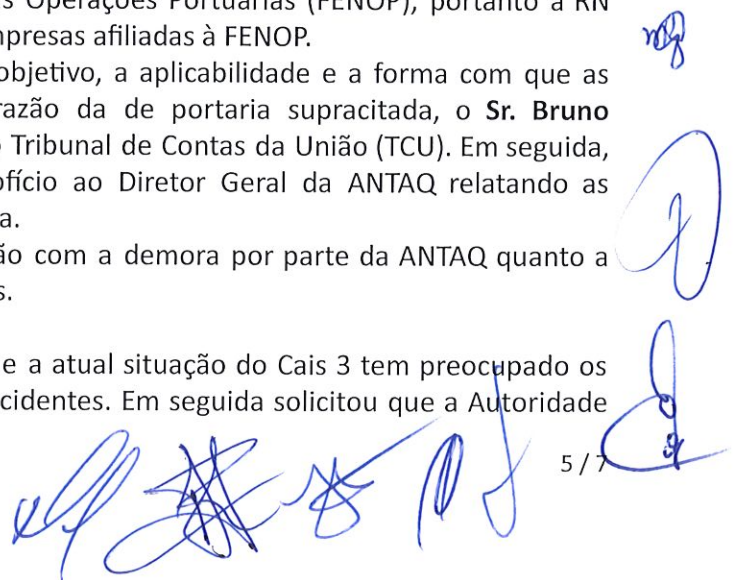
O **Sr. Bruno** esclareceu que a Resolução Normativa nº 31/2019-ANTAQ, que estabelece a obrigatoriedade de prestação de informações para a alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços (Módulo APP) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, teve seus efeitos suspensos apenas para as entidades representadas na decisão judicial proferida em 16/09/2019, nos autos do processo 1016246-10.2019.4.01.3400 JFDF, quais sejam: Associação de Terminais Privados (ATP), Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL). Sendo assim, tal decisão não alcançou as filiadas da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP), portanto a RN 31/2019-ANTAQ permanece vigente para as empresas afiliadas à FENOP.

Após ser indagado pelo **Sr. Gilberto** sobre o objetivo, a aplicabilidade e a forma com que as informações devem ser encaminhadas em razão da de portaria supracitada, o **Sr. Bruno** esclareceu que se trata de uma orientação do Tribunal de Contas da União (TCU). Em seguida, sugeriu que as empresas encaminhem um ofício ao Diretor Geral da ANTAQ relatando as dificuldades relacionadas à utilização do sistema.

Por fim, o **Sr. Gilberto** relatou sua preocupação com a demora por parte da ANTAQ quanto a autorização de demolição dos armazéns antigos.

7.5. DEMANDAS DOS TRABALHADORES

Tomando a palavra, o **Sr. Rogberto** relatou que a atual situação do Cais 3 tem preocupado os trabalhadores quanto aos possíveis riscos de acidentes. Em seguida solicitou que a Autoridade



5/7

Portuária pavimento o estacionamento ao lado do Morro de Imbituba, pois nos dias de chuva o mesmo fica alagado.

Em resposta aos apontamentos do Sr. Rogberto, o **Diretor-Presidente** reafirmou o que já havia comentado nas reuniões anteriores deste conselho, relatando que desde sua posse vem realizando diversas visitas e inspeções na área portuária com o intuito de viabilizar condições adequadas para que os trabalhadores portuários tenham um ambiente de trabalho adequado. Neste sentido, a atual gestão tem direcionado esforços para melhorar a limpeza das casas de convivência e sanar as demais dificuldades, tais como a demanda apresentada pelo Sr. Rogberto e que diz respeito à necessidade de um local adequado para estacionamento.

Em relação ao Cais 3, o **Diretor-Presidente** destacou que compartilha da mesma preocupação e também relatou que foi constituída uma comissão especial de licitação para tratar do assunto e sugeriu que a próxima reunião do CAP tivesse a pauta dedicada à apresentação do andamento dos trabalhos do Case Cais 3 e demais obras em andamento ou previstas que estão sendo conduzidas pela Autoridade Portuária.

A **Presidente do CAP** acatou a sugestão, sendo assim, uma das pautas da próxima reunião será "Obras no Porto de Imbituba".

7.6. HABILITAÇÃO DE RECINTOS ADUANEIROS - VIGIAGRO

Tomando a palavra a **Sra. Denise** lembrou que o prazo para a Habilitação de Recintos Aduaneiros se encerra no dia 1º de dezembro de 2019, sendo condição para a liberação de produtos de interesse agropecuário a serem importados ou exportados. Adiante relatou que a solicitação da Autoridade Portuária ainda está dependente de vistoria, considerando o quadro enxuto de colaboradores da VIAGRO, recomendou que tal demanda seja priorizada.

Na sequência, o Grupo discutiu sobre a disponibilização de dois estagiários para auxiliar nas rotinas administrativas da VIGIAGRO.

7.7. FUNCIONÁRIOS POR POSTO DE TRABALHO DOS ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Dando continuidade à reunião, a **Secretária Marlei** lembrou que durante a revisão do Plano Mestre do Porto de Imbituba, o CAP havia registrado a demanda de servidores do Posto da ANVISA junto ao Porto de Imbituba.

Os conselheiros reafirmaram tal preocupação uma vez que o posto da ANVISA possivelmente, será descontinuado, pois no momento está com apenas uma servidora que, em breve, se aposentará.

Os conselheiros sugeriram que o CAP formalize esta dificuldade por meio de ofício e a Autoridade Portuária encaminhe-o aos órgãos competentes que podem auxiliar na resolução desta demanda.

8. ENCERRAMENTO

A **Presidente Rita de Cássia Vandanezi Munck** franqueou a palavra, os presentes manifestaram boas vindas a nova Presidente do CAP. Em seguida, não havendo mais manifestações, a **Sra. Rita** encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. A Secretária do CAP do Porto de Imbituba, **Srta. Marlei Goldmeyer**, nesse sentido, redigiu a presente Ata para submetê-la à aprovação dos Conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Rita de Cássia Vandanezi Munck

Presidente

Joel Alves

Titular

Rosenvaldo da Silva Júnior

Titular

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019.

Gilberto Barreto da Costa Pereira

Titular

Jair Dias Santana

Suplente

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO (OUVINTES)

Denize Fernandes da Silveira

Titular

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

~~Rogério~~ Rogério de Farias Pires

Titular

Jeverson Lopes

Suplente

Rogberto

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer

Secretária